

DO "ESMERALDO DE SITU ORBIS" DE DUARTE PACHECO PEREIRA, SEGUNDO JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO

"E alem do que dito he, ha experiencia, que he madre das cousas, nos desengana e de toda a duuida nos tira" (*Esmeraldo...*, Livro I, cap.º 2.º).

Constitui o *Esmeraldo de situ orbis*, um manuscrito elaborado entre 1505 e 1508, mas que ficaria ignorado até finais do século passado, uma das obras fundamentais da gesta dos Descobrimentos Marítimos e do pensamento português do século XVI.

Editado três vezes, por Raphael Eduardo de Azevedo Basto (1892), por Augusto Epiphanio da Silva Dias (1903, 1904; e em volume único em 1905) e pela Academia Portuguesa de História (1954-1955), traduzido no todo (a única tradução integral é a do inglês George H. T. Kimble, 1937), ou em parte (Robert Ricard, 1927, capítulos 13.º a 21.º do Livro I; o mesmo, 1930, parte final do cap.º 24.º e todo o cap.º 23.º do Livro I; Raymond Mauny, 1956, passagens que dizem respeito à Costa da África, do sul de Marrocos ao Gabão), continua a merecer a atenção dos investigadores que procuram, a partir de duas cópias existentes em Évora e em Lisboa, estabelecer o texto definitivo e apreender o verdadeiro sentido da riqueza de ideias e conceitos aí contidos.

Até este momento a versão considerada mais aceitável tem sido a de A. Epiphanio da Silva Dias, primeiramente publicada em números do *Boletim da Sociedade de Geografia*, de 1903 e 1904, antes de aparecer num só volume com data de 1905. Em 1957 a mesma Sociedade de Geografia, ao comemorar o seu primeiro Centenário, editou aquele volume em reprodução anastática, pondo assim à disposição dos estudiosos um instrumento de trabalho já difícil de obter, indispensável a quantos se dedicam a pesquisas sobre a geografia da época das Descobertas (em particular a das regiões tropicais), a linguística, a navegação, enfim o pensamento português do primeiro quartel dos anos de Quinhentos.

Aguarda-se, com a maior expectativa, a edição crítica preparada pelo malgrado historiador JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO (falecido em 1980, foi nosso colega, por curto período de tempo, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), anunciada em notas da sua monumental tese de doutoramento apresentada na Universidade de Paris IV, Sorbonne, 1975, *À la Recherche de la Specificité de*

la Renaissance Portugaise. L' "Esmeraldo de situ orbis" de Duarte Pacheco Pereira et la Littérature Portugaise de Voyages à l'Époque des Grandes Découvertes. Contribution à l'Étude des Origines de la Pensée Moderne. Assim é o título da edição feita pelo Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1983, em dois volumes com o total de XV + 847 páginas, além dos índices. Como escreveu Pierre Chaunu, um dos introdutores dessa obra a todos os títulos monumental, "é um grande texto lido com toda a acuidade da crítica tradicional, adicionados os recursos da semântica quantitativa e de uma análise quase estruturalista, um grande texto confluyente, uma obra síntese... de todas as obras anteriores pertencendo a essa literatura portuguesa de viagens... das grandes descobertas, modernizadora, destabilizadora. O *Esmeraldo* (1505-1508) é, ao mesmo tempo, o 13.º de uma série hoje mutilada, que começa em 1453 com a *Crónica dos feitos de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara e que, muito curiosamente, não é publicada senão muito tardiamente, quase na alvorada deste século. Foi preciso chegar a 1892 — crê-se sonhar! — para que um tal texto conhecesse a máquina de Guttenberg. Crer-se-ia sonhar se não tivesse sucedido o mesmo com todos esses clássicos do *descobrimento* (com excepção do diário de Tomé Lopes e do diário de Cabral, em tradução italiana), muito embora os 1300 títulos alinhados pela edição portuguesa do último quartel do séc. XV ao fim do século XVI coloquem Portugal, neste domínio, num lugar, mais ou menos honroso".

P. CHAUNU apontava, na sua exposição, uma referência muito importante do primeiro volume de J.B. DE CARVALHO acerca da historiografia portuguesa contemporânea e a literatura das viagens na época dos grandes Descobrimentos ("Introdução", pp. 3-21; 114 notas nas últimas sete páginas), segundo a qual o inventário de tais textos portugueses do século XV e do princípio do seguinte não dá mais que treze. Havendo muitos manuscritos que se perderam no decorrer dos tempos, outros haverá ainda escondidos sob a poeira dos caóticos arquivos portugueses — e talvez a de alguns arquivos estrangeiros insuficientemente pesquisados.

Isso poderá explicar o pequeno número de fontes importantes da literatura portuguesa daquela época. Por ordem cronológica, são de mencionar 1) a *Crónica dos Feitos de Guiné*, redigida em 1453 por GOMES EANES DE ZURARA, que terá utilizado uma crónica anterior de AFONSO CERVEIRA; 2) os roteiros anónimos do século XV, que devem remontar a muito antes de 1500, e que se agrupam sob o título geral de *Livro de Rotear*; 3) a *De prima inuentione Guynnee*, redigida nos últimos quinze anos do século XV por MARTIN BEHAIM, a partir de um relato oral de Diogo Gomes; 4) o diário da primeira viagem de Vasco da Gama às Índias escrito por Álvaro Velho entre 1497 e 1499; 5) a carta dirigida de Porto Seguro, 1 de Maio de 1500, a D. Manuel, por Pero Vaz de Caminha, e na qual se faz relato da viagem de Pedro Álvares Cabral quando da descoberta oficial do Brasil; 6) o diário anónimo da viagem de Cabral ao Brasil e às Índias, escrito em 1500, texto conhecido sob o título moderno de *Relação do Piloto Anónimo*; 7) o diário anónimo da segunda viagem de Vasco da Gama às Índias, escrito em 1502; 8) o diário da segunda viagem de Vasco da Gama às Índias, da autoria de Tomé Lopes, 1502; 9) o diário, provavelmente redigido por Hans Mayr, da viagem de D. Francisco de Almeida em 1505-1506, *Do viagê de Dô Francisco Dalmeyda primeyro viso rey de India... trelladado de nao Sã Raffael e q hia Hans Mayr por*

scriuã da feytoria e capitã Fernã Suarez; 10) a *Crónica da Guiné*, resumo da crónica de Zurara feito em 1506 por Valentim Fernandes; 11) a *Descripçã de Cepta por sua costa de Mauritania e Ethiopia...*, composta por VALENTIM FERNANDES em 1507; 12) a descrição *Das ylhas do mar oceano*, redigida pelo mesmo Valentim Fernandes, provavelmente na mesma data; e 13) o *Esmeraldo de situ orbis*, escrito por DUARTE PACHECO PEREIRA entre 1505 e 1508. Apenas dois destes textos, os numerados com 6) e 8) foram publicados no século XVI, mas em tradução italiana, desconhecendo-se o paradeiro dos originais. Nenhum dos outros onze o foi e, salvo a *Crónica dos feitos de Guiné*, à qual João de Barros faz alusão nas suas *Décadas*, de meados do século XVI, todos ficaram praticamente ignorados até ao século passado. Várias razões podem ser invocadas para explicar esse facto, desde a famosa política de sigilo, pela qual se impedia a divulgação dos documentos sobre as novas descobertas, ou eram eles retirados sistematicamente da circulação. Todavia, isso não obstou a que muitos tivessem sido utilizados por autores estrangeiros, a seu belo prazer, deformando as informações para mais facilmente se atribuírem a autoria.

Depois da interessante "Introdução", que desde logo conquista a atenção do leitor, J.B. DE CARVALHO apresenta uma extensa biografia de DUARTE PACHECO PEREIRA, relacionada com a elaboração do *Esmeraldo de situ orbis* e, mais do que isso, com o contexto geral da história política e do pensamento da época (pp. 23-272). Os antepassados (por via de seu pai João Pacheco, morto em Tânger ao combater os mouros, e por via de sua mãe Isabel Pereira), o local e a data de nascimento (Lisboa, possivelmente 1460) abrem essa primeira parte do primeiro volume. Seguem-se acontecimentos fundamentais da vida de D.P. PEREIRA, ora devidamente revistos, que sintetizamos do seguinte modo: a sua não participação nas tomadas de Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger, contra o que alguns autores têm pretendido; a construção do castelo de S. Jorge da Mina (1482), em que também não teve participação, o que de igual modo contraria opiniões sobre a matéria; as viagens de exploração na costa de África, sobre as quais subsistem dúvidas quanto ao número e datas exactas, sabendo-se apenas com rigor que em 1488 Bartolomeu Dias, no regresso da viagem em que dobrou pela primeira vez o Cabo de Boa Esperança, encontrou D.P. Pereira muito doente na ilha do Príncipe e trouxe-o para Portugal (testemunho de JOÃO DE BARROS, na sua *Ásia*); cavaleiro da casa de D. João II, segundo ele próprio escreve nas primeiras linhas do Prólogo do seu manuscrito, mas sem referir a data da investidura; participação, como técnico de navegação, especialista em geografia e cosmografia, calculador do grau do meridiano, nas conversações do Tratado de Tordesilhas, figurando como "continuo da casa do dito senhor rey de Portugal"; a viagem que teve lugar em 1498, longamente discutida (pp. 33-64), com grande soma de argumentos; a conclusão de que D.P. PEREIRA não foi na viagem ao Brasil e às Índias com Cabral, em 1500; a viagem e estadia nas Índias (1503-1505), talvez a parte mais conhecida da vida de D.P. Pereira e onde se notabilizou como soldado e chefe militar; a redacção do *Esmeraldo de situ orbis*; a expedição punitiva contra o corsário francês Mondragon, em Janeiro de 1509, sendo derrotado ao largo do Cabo Finisterra e aprisionado; a expedição para a defesa de Tânger, em 1511; o casamento em 1512; a sua

doença na Corte, pelo menos em Abril de 1516; governador em S. Jorge da Mina, nomeado em 1519 e onde fica por três anos; a queda em desgraça e o regresso a Lisboa já como prisioneiro, na época de D. João III, por motivos ainda mal esclarecidos; a morte, em Lisboa, talvez nos primeiros meses de 1533; os descendentes legítimos (um filho, João Fernandes Pacheco de nome, e uma filha) e ilegítimos (parece que cinco); a sua fama cantada por vários poetas (P. Andrade de Caminha, Jacinto Cordeiro, António Dinys da Cruz e Silva, etc.), distinguindo-se L. de Camões que o apelidou de "O grão Pacheco, Aquiles Lusitano"; síntese geral; e conclusão. Este enunciado de pontos amplamente tratados por J.B. de Carvalho dá ideia da minúcia da biografia que traçou de D.P. PEREIRA, para pôr em destaque a grandeza do homem, do navegador, do chefe militar, do cientista, do pensador.

O Apêndice I (pp. 109-206) contém os dados mais importantes obtidos do estudo de quase cinquenta documentos postos à disposição do autor pelo Comandante A. TEIXEIRA DA MOTA, o qual tencionava publicá-los num livro sobre *Duarte Pacheco Pereira, Capitão e Governador de S. Jorge da Mina*. Não permitindo qualquer deles chegar ao estabelecimento da data em que D.P. PEREIRA redigiu o seu *Esmeraldo*, houve que passar ao exame minucioso do próprio texto para a definição de uma data *post quam* começou a redacção e uma data *ante quam* a interrompeu. A pesquisa, laboriosamente conduzida, levou à conclusão de elas terem sido 1505 e 1508. A seguir é discutido o problema do título, *Esmeraldo + de situ orbis*, sendo passadas em revista as hipóteses expendidas por numerosos autores. A conclusão de J.B. DE CARVALHO é de que se trata, sem sombra de dúvida, de o *De Situ Orbis* de D.P. Pereira, o *De Situ Orbis* dos tempos modernos, destinado a substituir o *De Situ Orbis* da Antiguidade, o *De Situ Orbis* de Pomponius Mela" (p. 123). Na sequência vem a apresentação do problema dos manuscritos, desde as mais antigas referências. O manuscrito original perdeu-se, mas existem duas cópias tardias, uma na Biblioteca Pública Municipal de Évora, a mais antiga, da primeira metade do século XVIII, e a outra na Biblioteca Nacional de Lisboa, a mais recente, da segunda metade do mesmo século. Os dois documentos (100 fólios o de Évora, o correspondente a 199 páginas; 80 fólios o de Lisboa, ou 160 p.) são examinados minuciosamente, analisando-se frase por frase as palavras deslocadas, suprimidas, substituídas ou aditadas pelos copistas, que chega até ao pormenor das letras e dos acentos (pp. 125-206).

O Apêndice II (pp. 207-212) começa com a sedutora hipótese de DUARTE PACHECO PEREIRA não ter terminado abruptamente o seu manuscrito, tal como existe nas cópias, no início do cap.º 6.º do Livro IV, mas de ter escrito todo o roteiro até às Índias..., com base em informações vindas a público em 1967, segundo as quais, em 1573, um Juan Bautista Gesio, cosmógrafo de Filipe II, teria sido o portador de documentos geográficos de Lisboa para a Biblioteca do Escorial. Essa personagem veio para Lisboa em 1569, juntamente com o Embaixador espanhol D. Juan de Borja, e aqui ficou até 1573, ajudando o representante da Corte espanhola nas conversações com os representantes portugueses para a resolução dos problemas ligados à demarcação dos limites discutidos pelos governantes dos dois Reinos em terras da América e da Oceânia. Hoje sabe-se que, ao voltar

a Madrid, J.B. Gesio levou consigo mapas, relatórios, roteiros, descrições geográficas e históricas. Dos manuscritos, em número de doze, podem-se distinguir três roteiros das Índias, um tratado das terras do Brasil, uma relação dos cabos e golfos desde o Cabo de Boa Esperança até às Índias, um roteiro do Mar Vermelho até ao Suez, uma crónica do Reino de Narsinga, na Índia, uma nota com as discussões entre os espanhóis e os portugueses sobre a demarcação das Molucas, roteiros com a viagem de Juan Ponce de León na Florida e de Juan de Solís até ao rio da Prata, o roteiro e o diário de bordo de Fernão de Magalhães dizendo respeito a certas etapas da sua viagem pela América do Sul e Oceânia; um manuscrito aparece referenciado como obra de muito interesse, por conter um *Tratado De Situ Orbis*, onde o Cabo de Boa Esperança está reportado 4º para Oriente. Há quem ponha dúvidas quanto aos documentos terem dado entrada no Escorial e defenda antes que eles tenham sido encaminhados para o Conselho das Índias, em Sevilha. Porém, foram improfícuas as pesquisas feitas nesta cidade quanto ao paradeiro do documento mencionado também como *Esmeraldo (?) de Situ Orbis*. Sem dúvida alguma que se revestiria do maior interesse o achamento do manuscrito. O Apêndice II prossegue com quatro páginas sobre as edições e traduções do *Esmeraldo de situ orbis*, envolvendo as respectivas críticas (pp. 209-212). Bastaria talvez o exemplo destas pouquíssimas páginas para testar a densidade e profundidade da valiosíssima obra de J.B. DE CARVALHO. Escrita num estilo sóbrio, mantida a elevada concentração de informações sempre pertinentes, nada é deixado ao acaso; tudo passa pela fieira apertada, exigente, duma metódica análise crítica. A nossa admiração cresce ainda mais perante as 1177 notas no fim desta primeira parte (pp. 213-271), impressas em letra de caixa mais pequena que a do restante texto, dando real testemunho da prodigiosa capacidade de trabalho e mui minuciosa investigação a que se dedicou durante os anos de preparação da sua tese. E chegamos apenas a 1/3 do livro (entenda-se, dos dois volumes)! De novo citamos Pierre Chauun: "Em 1983, como em 1975, ela (a tese) permanece sem equivalente à escala planetária. A procura das 3239 ocorrências num *corpus* de várias dezenas de milhares de páginas, sobre cinco séculos,... não tem par" (p. XII).

Na segunda parte da tese, "A Literatura portuguesa de Viagens na época das grandes Descobertas" (pp. 273-398, de que as Notas ocupam as pp. 383-398), as matérias estão arrumadas sob os seguintes títulos: 1. Literatura de viagens, sua heterogeneidade; 2. Crónicas. Um Apêndice I abrange referências a AFONSO CERVEIRA (o autor de uma "história de Guiné", que G.E. DE ZURARA parece ter plagiado), às edições e traduções da *Crónica dos feitos de Guiné*, e à nova edição desta obra por JOSÉ DE BRAGANÇA (1972), concluindo J.B. DE CARVALHO, a este propósito, que "mais uma vez se confirma a tradição que quer que uma edição portuguesa seja quase sempre um falhanço" (p. 315); termina com uma longa bibliografia acerca de ZURARA e da *Crónica dos feitos de Guiné*. Em 3.º o motivo principal é o das descrições de países longínquos, chamando-se a atenção para o facto de apenas existirem, da época das grandes Descobertas (século XV e início do século XVI), três desses documentos: *De prima inuentione Guynee*, a *Descripçã de Cepta por sua costa de Mauritania...*, *Das ylhas do mar oceano*.

Encontram-se incluídas no *Manuscrito de Valentim Fernandes*, título moderno dado ao *Codex monacensis hispanicus 27*, encontrado por J.A. Schneller, em 1847, na "Bayerische Staats Bibliothek" de Munique. O Apêndice II, anexo de 3., estabelece a comparação daqueles três textos, escolhidos vários excertos como exemplos. Em 4. são apresentados os diários de bordo, e em 5. os roteiros (uns e outros citados na lista e quadro da "Introdução"). A conclusão tirada põe em relevo o valor do *Esmeraldo de situ orbis*, que deve ser considerado mais do que um roteiro, e supõe a existência de outros que lhe são anteriores.

Nesse sentido, na terceira parte (pp. 399-412), em 1. é retomada a obra de D.P. PEREIRA, para ser relevada como "uma obra-síntese". Classificada por muitos como um roteiro da costa de África, na realidade ela é muito mais complexa: é uma "síntese de todas as viagens anteriores pertencendo à Literatura portuguesa de viagens da época das grandes Descobertas, essa literatura estreitamente ligada às descobertas marítimas portuguesas do século XV e do início do século XVI" (p. 399). O manuscrito de DUARTE PACHECO PEREIRA, pelo seu estilo, pode ser visto como uma verdadeira crónica medieval, sobretudo quando comparado à *Crónica dos feitos de Guiné*, a única do século XV que se ocupa das viagens de descobrimento; um tratado do cosmografia e guia náutico, pois trata dos círculos terrestres, das coordenadas terrestres, do modo de calcular a latitude, da posição do Sol em relação aos trópicos, da declinação, das marés e suas relações com as fases da Lua; ainda que com alguma reserva, um atlas, pois além de duas cartas há frequentes indicações de "aqui mapa" nas cópias de Évora e de Lisboa embora muitas delas possam ser apenas referentes a desenhos para ilustração do manuscrito; uma obra de certo conteúdo filosófico, considerando a conceptualização de "natureza" e de "experiência"; um roteiro, sobretudo da costa de África; e um livro de geografia e de cosmografia. Neste domínio, é o próprio D.P. PEREIRA quem classifica o seu *Esmeraldo* como "hum liuro de cosmografia e marinharía" (Prólogo do Livro I). Para J. B. DE CARVALHO "a obra de Duarte Pacheco Pereira, redigida entre 1505 e 1508, imediatamente após o que chamamos as grandes descobertas marítimas, herdeira de uma tradição de mais de meio século de *Crónicas* ocupando-se da expansão marítima, herdeira de uma tradição de mais de meio século de *Descrições de países* longíquos, de *Diários de bordo*, de *Roteiros*, de *Guias Náuticos*, [...] aparece-nos como uma obra-síntese no início de um século, o XV.º, que herdava do precedente o conhecimento do Mundo" (p. 400). E se a obra é uma "obra-síntese", de igual modo o autor tinha de ser um "homem-síntese".

Em 2. desta terceira parte são postos os temas de DUARTE PACHECO PEREIRA, cartógrafo? O *Esmeraldo*, um atlas? A resposta dada pelo próprio autor da tese é negativa para os dois casos, pois que, na sua forma original, o *Esmeraldo de situ orbis* era sobretudo um livro ilustrado com desenhos, fossem eles da mão de D.P. PEREIRA, fossem de outros. Em 3. é abordado o problema do valor do grau de meridiano calculado por D.P. PEREIRA em "dezoyto leguoas por graao" (cap.º 2.º, Livro I), o que se aproxima muito mais do valor real, ao contrário das 16 léguas e 2/3 (96 666 km) comumente usadas durante o século XVI em Portugal. Aquele valor de 18 léguas por grau (106 560 km) só viria a ser retomado cerca de

dois séculos mais tardes por MANUEL PIMENTEL, em *A Arte de Navegar*, 1762, pp. 93-94. Seis páginas com 92 notas encerram a terceira parte do livro que ora recenseamos.

A quarta e última parte do Volume I é preenchida com um tema não menos polémico: o das fontes do *Esmeraldo de situ orbis*, que tantos autores têm discutido. A obra é vista de novo como 1. livro de história, crónica; 2. roteiro; 3. guia náutico; 4. livro de geografia e de cosmografia (recordando-se HOMERO, AL FARGHANI, ESTRABÃO, VINCENT DE BEAUVAIS, JACOB PEREZ DE VALÈNCIA, PTOLOMÉU, SACROBOSCO, e até a *Bíblia*); 5. texto de projecção filosófica. Em 6. é feita a exemplificação da utilização de uma fonte (POMPONIUS MELA). Dois apêndices, um centrado em PLÍNIO e P. MELA, o outro nas notas de D.P. Pereira sobre um manuscrito com a tradução de um texto latino, completam esta quarta parte. No primeiro caso são tentadas aproximações com outros documentos: uma carta de J. Munzer para D. João II, datada de Nuremberga, 14 de Julho de 1493; a *Crónica de D. Afonso V*, de RUI DE PINA, e a *Ásia*, de JOÃO DE BARROS, para sugerir que, dos passos seleccionados, se poderá concluir que os três se terão inspirado em texto muito próximo da Bula de Sixto IV, de 21 de Junho de 1481; a *Epistola sobre a tralladaçam do livro de Marco Paulo*, impressa por VALENTIM FERNANDES em 1502; as *Geórgicas*, de VIRGÍLIO, de que terá sido de conhecimento indirecto a única citação de D.P. PEREIRA assemelhando-se a um passo daquele autor; a *Crónica dos feitos de Guiné*, de ZURARA, ou uma fonte ainda desconhecida onde os dois terão ido buscar inspiração; o *Manuscrito de Valentim Fernandes*, pelos menos no caso particular da referência aos "gatos meimões" ou *baboys* (em D.P. PEREIRA) e *baboynos* (em V. FERNANDES). Se o *Esmeraldo de situ orbis* for visto como um roteiro, tem a seu favor a notável experiência pessoal do seu autor, numa costa que percorreu por diversas vezes, sendo ainda de admitir o aproveitamento de informações recolhidas na consulta de roteiros da época de que, infelizmente, só nos chegaram os testemunhos do *Livro de Rotear* (no *Manuscrito de Valentim Fernandes*), de autor anónimo. Quanto a tomá-lo como guia náutico, apenas se conhecem duas obras que lhe poderiam servir de fontes: o *Guia Náutico de Munique*, de que uma ou duas edições foram impressas antes da redacção do *Esmeraldo*, e o *Guia Náutico de Évora*, desde que se admita, como aceita J.B. DE CARVALHO, que ele seja de uma data bem anterior à da impressão por German Galhardo (p. 421). De qualquer forma, perante tanta inovação introduzida por D.P. PEREIRA, tem de se concordar que, em grande parte, sobressai a sua composição original dos assuntos. De modo semelhante, em 4. é examinada a perspectiva do *Esmeraldo* como livro de geografia e cosmografia, comparando-se frases aí contidas com outras semelhantes retiradas de obras dos autores anteriormente mencionados, e até mesmo da *Bíblia*. O apêndice I toma em consideração algumas páginas de *Os Guias Náuticos de Munique e Évora*, Lisboa, 1965, de LUÍS M. DE ALBUQUERQUE, para mais uma vez se explanar a polémica quanto à importância relativa da utilização de o *Tratado da Esfera*, de SACROBOSCO, nas interpretações daquele investigador e de J.B. DE CARVALHO (pp. 439-448 e ainda em páginas seguintes). As comparações, pertinentemente apresentadas, envolvem o leitor no tom apaixonado da discussão e de tal modo que acabará por tentar sugerir, ainda que timidamente, uma ou outra hipótese.

A propósito do *De Situ Orbis* de POMPONIUS MELA — “e Pomponio Mela, autor muito antigo, natural de junto com Gibraltar, isto mesmo afirma, e diz mais quasy no fim do seu terceiro liuro *de situ orbis*,...” (*Esmeraldo*, Prólogo) — reveste-se da maior importância a nota sobre a tradução espanhola do texto desse autor antigo, certamente feita no século XV por Mestre JOÃO FARAS, personagem de que ainda se sabe muito pouco, mas que tudo leva a crer tratar-se do mesmo “bacharel mestre João físico e cirurgião de Vossa Alteza...” que escreveu a célebre Carta dirigida a D. Manuel, de Vera Cruz, 1 de Maio de 1500 (p. 465). Pois sucede que, nas margens do manuscrito da tradução (guardado na Biblioteca da Ajuda, Lisboa), e também algumas vezes entre as linhas, há notas feitas pela mão de DUARTE PACHECO PEREIRA, o que demonstra que foi esse o documento que ele utilizou durante a redacção do seu *Esmeraldo de situ orbis*. Ganham maior interesse as 170 notas marginais, porque sobre essas não restam dúvidas quanto à autoria. O Apêndice II (pp. 485-493) é dedicado à apresentação das notas e à tentativa de localizar bibliograficamente o texto latino de que se serviu J. FARAS para a sua tradução. Infelizmente não foram concludentes as comparações com os textos editados em Milão, Veneza, Roma e Salamanca, entre 1471 e 1498.

Finalmente, a perspectiva do *Esmeraldo* como uma obra de projecção filosófica baseia-se sobretudo nas passagens que encerram conceitos de “existência” e de “natureza”. Serviram de exemplos, quanto à primeira, os conteúdos de “Da quantidade e grandeza da terra e d’agua, qual d’estas he a mayor parte” (cap.º 2 do Livro I), “Donde vem ho rio de Çanaguá e das cousas que nelle ha, e as duas Ethiopias” (cap.º 27.º do mesmo Livro), “da serra Fernam do Poo” (cap.º 10 do Livro II), das “rootas e conhecenças da terra do Rio do Guabam atee o cabo Caterina que por outro nome se chama ho cabo Primeiro” (cap.º 11.º do mesmo Livro), “do que disseram alguis escritores antigos, como ha linha equinocial e ha terra que jaz debaixo d’ella era inhabitavel” (cap.º 1 do Livro IV), e ainda “do que descobrio el-Rey, nosso senhor do Rio do Infante em diante” (cap.º 6.º do mesmo livro), nessa “tam trabalhosa jornada, da qual a experiencia nos ensinou a verdade de tudo o que adiante disermos” (idem), que logo antecede a brusca interrupção do manuscrito, cuja frase final é “Item. Jaz ho Rio do Infante”. No que toca ao conceito de “natureza”, as passagens seleccionadas por J.B. DE CARVALHO foram as seguintes: “Do deserto d’Arguim e dos lugares que estam alem d’elle” (cap.º 25.º do Livro I), “Donde vem ho rio de Çanaguá...” (já anteriormente indicado), “das rootas e conhecenças da terra que vay do Rio dos Barbaciis pera o Rio de Gambea” (cap.º 29.º do Livro I), “das rootas e conhecenças da terra do Rio Guabam...” (atrás mencionado).

No Volume II da sua monumental tese de doutoramento — V. *À la Recherche de la Specificité de l’Expansion Portugaise*, e VI. *Le Portugal et les Origines de la Pensée Moderne*, ainda a Conclusão e Bibliografia com 1315 referências de manuscritos, incunábulos, fontes impressas, livros e artigos, no todo pp. 529 a 852 — J.B. DE CARVALHO faz a investigação histórica da evolução do conceito de “experiência”, para além de discutir outros, como “descobrir” e “descobrimento” (de 1055 a 1567), e do que se deve entender por “pensamento científico moderno”. Para o primeiro caso as Notas de fim de texto, em número de 150,

vão da página 543 à página 656, isto é, 114 p. para um *corpus* de 14 p.; e para o segundo, os números são de 44 e 70 respectivamente! “Une oeuvre immense, 5 millions de signes, qui dépassait toutes les normes, brisait les cadres, c’était une bibliothèque foisonnante” (mais uma vez utilizamos as palavras de P. Chaunu, agora no original, em p. X do Volume I). Não entraremos na matéria do Volume II, preferindo reservá-la para outra nota.

Por ora apenas acrescentamos a referência acerca de duas páginas (501-503) finais do Volume I sobre as fontes de D. PACHECO PEREIRA para “experiência, madre das cousas” e “a magestade da grande natureza”. A pesquisa envolve textos de Afonso V de Aragão, de SA DE MIRANDA, de LEONARDO DA VINCI e de JACQUES CARTIER para o primeiro conceito; para o segundo J.B. DE CARVALHO considera-se menos avançado, ainda que sugira a ideia de se tratar quer de um “sentimento”, tal como já vem expresso na Carta de P. VAZ DE CAMINHA, quer de uma reflexão mais próxima da “natureza” na *História Natural* de PLÍNIO, com a diferença de que um é pagão e o outro cristão. O exemplo da utilização de fontes, com POMPONIUS MELA, serve para demonstrar a forma inteligente, que outra não seria de esperar, como DUARTE PACHECO PEREIRA soube servir-se sobrepondo-lhes o seu pensamento alicerçado na sua prática, na sua experiência de observação e interpretação da grande natureza, cuja visão as descobertas tinham alargado imenso.

Em boa hora a Fundação Calouste Gulbenkian quiz oferecer aos estudiosos da cultura portuguesa — ou melhor, da Cultura — esta obra já fundamental, livrando-a assim do risco de poder vir a ter sorte idêntica à do *Esmeraldo de situ orbis* de DUARTE PACHECO PEREIRA, tumultada nalguma biblioteca de difícil acesso. Como geógrafo quiseamos assim prestar esta homenagem publicada na revista *Finisterra*, reiterando a nossa incondicional admiração por quem soube construir obra de tão grande valor.

Lisboa, Julho de 1984

ILÍDIO DO AMARAL

A COLONIZAÇÃO DE ANGOLA E O SEU FRACASSO INTERPRETADOS POR ORLANDO RIBEIRO

“Angola ficou profundamente ligada à vida nacional”... “A colonização portuguesa de Angola saldou-se por um fracasso que é necessário não iludir para o tentar compreender e explicar”. Estas frases do prefácio do livro, de que utilizamos os títulos, situam os problemas que o autor desenvolve ao longo de oito capítulos onde predominam as comparações com outras áreas, quer africanas, quer americanas, e sobretudo brasileiras ⁽¹⁾: I. Angola no contexto do Ultramar; II. África e América — traços comparativos; III. Pródromos da colonização; IV. Opções económicas, tensões raciais; V. Modos de ver e comentários pessoais; VI. Angola e Brasil — analogias superficiais e evolução divergente; VII. Desenvolvimento tardio de Angola; VIII. O preço da independência. Seguem-se uma Nota Final (pp. 403-407), bibliografia seleccionada e classificada (pp. 407-418), índices alfabéticos de autores e outras pessoas citadas (pp. 419-422), de lugares, povos e assuntos (pp. 423-459), e sete mapas em fim de texto. Depois de um mapa de orientação geral vêm esboços de geologia e minas, segundo M. KUDER (*Angola. Eine geographische, soziale und wirtschaftliche Landeskunde*, Darmstadt, 1971); de relevo, clima, correntes marítimas e pesca, também segundo o mesmo autor; de culturas, florestas e gado, ainda segundo M. KUDER; da distribuição étnica, com a indicação de A. MESQUITELA LIMA como fonte, mas não estando ele citado na bibliografia do fim do volume; da população por distritos em 1960; e do número de habitantes nas cidades também em 1960.

“Este livro foi escrito, por um lado, em condições particularmente difíceis da minha vida, com crises de saúde frequentes e prolongadas, interditando-me todo o trabalho; a redacção não podia deixar de ressentir-se destas interrupções. Por outro lado, em vez de um plano rigoroso e pormenorizado, a obra foi-se fazendo aos poucos e aos pedaços: o que primeiro havia delineado em dois ou três artigos extensos foi crescendo, quer em factos e ideias que foram ocorrendo ao meu espírito, quer por aclarações, paralelas e complementares, que pareceram indispensáveis à melhor distribuição do assunto. Muitas páginas foram escritas à sobreposse, lutando contra a fadiga intelectual e física, outras febrilmente, debaixo de grande tensão intelectual, aprazível mas esgotante. O original nem sempre tem unidade e concisão, alguns temas aparecem repetidos nos diversos contextos onde se inse-

⁽¹⁾ ORLANDO RIBEIRO, *A Colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, Col. “Estudos Portugueses”, 459 p. e 7 mapas em fim de texto.

rem". Deste modo, na Nota Final (p. 403), o próprio autor reconhece e antecipa pontos de crítica ao livro, demasiado personalizado, que reflecte o seu modo de ver os problemas da colonização de Angola e o seu fracasso.

O primeiro capítulo abre com recordações pessoais que recuam à juventude quando, por diversas vias, ouviu falar de Angola. Prossegue com notas extraídas de apontamentos recolhidos durante um breve cruzeiro de férias ao Ultramar (1935). Vinte e cinco anos mais tarde regressaria aí em diversas estadias curtas, de poucas semanas, mas em que procurou percorrer, ainda que rapidamente, uma boa parte do território angolano. "Nas observações de campo e nas reflexões que me sugeriram baseei principalmente este ensaio. Gostaria de ter alargado a leitura de livros modernos e principalmente artigos, mas o tempo não dá para tudo e as páginas que se seguem são mais um depoimento do que uma compilação. Peço desculpa ao leitor se dou, como minhas, ideias que podem ter ocorridos a outros e de que não tive conhecimento" (p. 27). Efectivamente, a leitura do livro terá de ser feita tendo em conta os condicionamentos que o próprio autor aponta.

O processo de emancipação do Ultramar português, aberto desde a perda do Estado da Índia, sem que disso se tivessem tirado as necessárias ilações (sobretudo porque decorria uma época em que as outras potências coloniais perdiam os territórios que dominavam), viria a concluir-se logo após a revolução do 25 de Abril de 1974. "O Governo saído do movimento do 25 de Abril de 1974 defrontou-se com o mais grave problema nacional depois da Restauração, que se arrastava há treze anos e que o imobilismo autoritário nunca tinha podido encarar com visão realista" (p. 30). Algumas referências breves às viagens e explorações africanas e ao *Ultimatum* de 1890, "que vexara o Governo e a Nação" sacudindo do marasmo a vida nacional, às reacções que se manifestaram, representadas, por exemplo, pelos componentes dos grupos da "Escola de Coimbra" (1865) e dos "Vencidos da Vida" (1887), à revolta republicana do Porto (1891), à implantação da República, ainda que incompletas nuns aspectos, demasiado sucintas noutros, servem de contraponto para o posicionamento da actual crise nacional, social e económica. "Os políticos de várias cores quiseram ver-se livres o mais depressa possível do pesadelo de uma guerra em três frentes que se arrastava há treze anos" (p. 36). "O Governo não negociou — *abdicou* —, e nesta "apagada e vil tristeza" se afundou o mais antigo e o último império colonial" (p. 47), sem que isso tivesse marcado um momento de reflexão na "inteligência" portuguesa. "Multiplicaram-se as consagrações à memória do "General sem Medo" e da camponesa alentejana Catarina Eufémia, cobardemente assassinada pela repressão salazarista, mas sobre a tragédia de Timor correu-se um véu de esquecimento e de indiferença. Triste epílogo de uma dominação de mais de quatro séculos e meio..." (p. 39).

No segundo capítulo, como o seu título sugere, é delineada uma síntese comparativa entre os traços físicos e humanos de África e da América, as características dos processos de colonização e evolução histórica (pp. 51-97). Embora curto, o seu conteúdo é demasiado aliciante pela riqueza de sugestões para o estudo de "dois continentes pretensamente simétricos", em que "o fundo étnico da população americana é mais uniforme e mais tardio do que o da África negra" (p. 55), com diferentes técnicas de organização dos espaços. Quanto a nós, consti-

tui, sem dúvida, um dos melhores capítulos do livro, à maneira dos ensaios tão ao gosto do autor e que lhe grajearam especial reputação.

Os capítulos terceiro e quarto, com cerca de uma centena de páginas no conjunto, são dedicados especificamente a Angola: pródromos da colonização (pp. 99-137), e oposições económicas, tensões raciais (pp. 139-206). O primeiro contém referências gerais à viagem de Diogo Cão e o padrão colocado na foz do Zaire (1482), momentos do início da presença portuguesa em terras do rei do Congo; a fundação de Luanda (1576), num sítio litoral do reino de Angola e à porta dos sertões; os *presídios* de degredo, como pontos de partida e penetração no interior. "Se fossem os espanhóis a ter "conquistado" a Abissínia e o Reino do Congo é provável que aí fizessem um centro de domínio. A ocupação portuguesa não podia ter passado de um fugaz enquadramento feito com traficantes de escravos e com missionários, sem verdadeira e profunda acção nas populações locais. O fracasso do Reino do Congo explica-se como uma excepção no quadro da expansão portuguesa e é dentro dessa lógica que a primeira cidade marítima de Angola foi fundada um século depois dele ter sido abordado" (pp. 104-105). Eis uma perspectiva que merecerá, certamente, a atenção de outros investigadores. Ainda no mesmo capítulo, num esquema clássico são apresentados aspectos geográficos de Angola: os traços do relevo e a sua influência na ocupação humana, sobretudo da colonização; os climas regionais, as paisagens naturais e as principais manchas de ocupação agrária; a corrente fria de Benguela, a riqueza piscícola do litoral angolano e a fixação de núcleos de pescadores em vários pontos do litoral meridional. A propósito da agricultura indígena o autor manifesta claramente a sua admiração por um exemplo que viu no Planalto central, o da "agricultura sábia dos ovimbundo", com prejuízo de outros tipos de organização do espaço não menos importantes e que não são referidos. O capítulo acrescenta ainda observações acerca de "uma esperança frustrada: as terras altas da Huíla e a sua colonização" desde meados do século passado; dos equívocos da colonização, comparando-a com a do Brasil — Angola não atrai gente, paralisada, por isso, durante séculos por uma espécie de atonia do seu desenvolvimento; da insegurança e guerras angolanas que sempre afectaram as relações humanas. Recorre, para isso, a alguns exemplos extraídos da *História Geral das Guerras Angolanas* (A. DE OLIVEIRA CADORNEGA, 1680), dos *Ensaio sobre a Estatística das Possesões Portuguesas do Ultramar* (J.J. LOPES DE LIMA, 1846), de *Les Guerres Grises. Résistance et révoltes en Angola* (R. PÉLISSIER, 1977), e de outros, para concluir que "Angola foi, como já o era no tempo de LOPES DE LIMA, uma terra de guerrilhas e, pela sua insegurança, uma colónia recente" (p. 137).

As oposições económicas e tensões raciais, do quarto capítulo (pp. 139-206), são apresentadas através de temas muito controversos que, talvez por isso mesmo, ficaram menos claramente expostos. "Existiu em Angola o mundo dos pretos e o mundo dos brancos e, por mais que a retórica oficial o contestasse, eles viviam separados, cada vez mais quanto nos aproximamos dos nossos dias e do longo termo da guerra colonial" (p. 139). O texto inclui longas transcrições de "Angola: Problemas de Geografia Humana" (1962), o último trabalho de FRANCISCO TENREIRO (1921-1963), "mestiço de São Tomé e um dos nossos mais finos geógrafos", elaborado a partir de apontamentos colhidos "depois de rápidas viagens

(a primeira com PIERRE GOUROU e comigo), mas de observações penetrantes” (p. 140). De novo sobreleva o exemplo dos ovimbundo, em relação aos quais também “Tenreiro sentia-se especialmente atraído”, ... “tão discretos na sua fínura humana e, de todas as populações de Angola, a mais dotada na organização do espaço e a mais susceptível de, conservando tenazmente a sua originalidade, integrar harmoniosamente elementos de influência europeia” (p. 149). No entanto, é bom recordar que os ovimbundo, tomados na sua generalidade, ocupam áreas amplas dos distritos de Benguela, Huambo, Bié, e até do Cuanza Sul e da Huíla, e estão divididos em cerca de uma dúzia de etnias fundamentais! As longas transcrições do texto de F. TENREIRO são justificadas pelo duplo interesse de “mostrar como este geógrafo, africano pelo coração e pelo espírito, podia ter vindo a escrever uma Geografia humana de Angola, que tanto o impressionou numa viagem rápida, e como nessa paisagem humana as marcas portuguesas lhe pareceram relevantes, embora espacialmente esporádicas” (p. 150).

Entre o “mundo dos pretos” e o “mundo dos brancos” floresceu, “como em toda a parte por onde os portugueses se fixaram, a mestiçagem” cujos filhos seguiram “geralmente o destino do pai”. Mas, a partir da “década de 50, assiste-se à limitação da mestiçagem, ao declínio da *élite* crioula, à sua marginalização relativamente à sociedade branca, onde preponderam as pretensões racistas. Entre o mundo dos pretos e o mundo dos brancos cava-se um fosso cada vez mais largo” (p. 153). O tema tem sido caro ao autor, que uma vez o tem tratado sob o signo da “amorabilidade” tropical, um pouco à maneira de GILBERTO FREYRE, outras vezes dissecado numa crítica dura com base em exemplos pontuais. É pena que não tivesse utilizado a tese de GERALD BENDER, *Angola under the Portuguese. The Myth and the Reality*, Londres, 1978, de que já existe uma versão em português (1980), porque também aí são analisados os problemas de convívio e repulsa entre raças, comparados com outros na África anglófona, a par de uma crítica ao “lusotropicalismo” de GILBERTO FREYRE.

Das estatísticas ressaltam a escassez, a modernidade e a não integração do povoamento branco: apenas 8,6% em 1970, num total de 5,8 milhões de habitantes, muito embora o Governo da época tivesse procurado “incrementar a fixação de gente branca, como forma de sobrevivência da colónia” (p. 171). Outros pontos abordados andam em torno das condições do povoamento; das cidades brancas de Angola — “que fisionomia terão hoje estas aglomerações que por eles e para eles, foram concebidas e executadas” (p. 181); dos quistos brancos dos colonatos, da Cela e da Matala, acrescentando-se referências ao do Limpopo (Moçambique), em relação aos quais o autor considera que “dinheiro que se esbanjou nessa pretensa e fracassada fixação de brancos no Ultramar podia ter sido investido na criação de indústrias e na modernização da agricultura, que afinal veio a fazer-se pela pressão da conjuntura internacional, em plena economia de guerra colonial” (p. 188). São retomados alguns temas, como os da escravatura, da servidão e da corrupção; dos confrontos moçambicanos entre brancos (“a maior parte, porém deixara-se inquinado pelo racismo da África do Sul”, p. 196), pretos e orientais (sobretudo *monhés* e chineses); do esbulho dos povos pastores — a última injustiça em Angola — das terras áridas do Sudoeste angolano; de um

presente envenenado da colonização — o alcoolismo, com os seus malefícios sobre as populações negras.

Para o capítulo V, *Modos de ver e comentários pessoais*, (pp. 207-275), o autor escolheu um outro tipo de apresentação dos problemas. “Escolhi seis exemplos escalonados por quase um século. Procurei que fossem representativos de diversas atitudes científicas e de contextos políticos diferentes” (p. 207): o historiador OLIVEIRA MARTINS, no qual “ressuma o pessimismo das suas obras mais famosas, ... e também a informação apenas livresca da África, pouco conhecida e pior afamada”; o geógrafo ELISÉE RECLUS que “esboçou, com mão de mestre, um quadro que, embora sobre informação indirecta, constitui, até quase aos nossos dias, o principal repositório informativo do grande e promissor território africano”; o geógrafo SILVA TELLES, que “viu na África, que visitou e onde estacionou por várias vezes, uma reserva para o crescimento demográfico da Europa”; “os dois mais notáveis governadores da província, depois colónia, um no fim da Monarquia e o outro por duas vezes na Primeira República, Paiva Couceiro e Norton de Matos”; e, “finalmente, Marcelo Caetano (que) representa a visão monolítica do problema do Ultramar, tal como Salazar a concebeu e impôs...” (pp. 207-208). Assim, com base em textos dessas personagens, “menos (com) o propósito de conhecer ideias destes autores do que de desenvolver as que eles sugerem” (pág. 208), procura mostrar a compreensão que se tinha da colónia africana em várias épocas. “A semente lançada pelo pessimismo brilhante de OLIVEIRA MARTINS germinara e não eram poucos os que descreiam do futuro de Angola...” (p. 224). Angola descrita na *Geografia Universal*, de E. RECLUS, publicada em 1889, “constitui o primeiro estudo geográfico com orientação científica que se fez da província, tanto mais meritório quanto o autor nunca lá esteve, utilizando apenas os documentos e mapas existentes, aproveitando cuidadosamente a bibliografia portuguesa e estrangeira e socorrendo-se sobretudo de cronistas e viajantes”. Além de condensar o texto, junta algumas reflexões, “já porque ele foi, durante mais de meio século, a única fonte de informação sobre Angola para curiosos de coisas africanas que não sabiam português, já porque representa a crença muito firme no estabelecimento dos europeus em África e numa evolução de tipo “brasileiro”, que os factos haviam de desmentir” (p. 238). SILVA TELLES tinha uma visão teórica da “capacidade de transposição da raça branca para condições geográficas completamente diferentes do seu *habitat*” (p. 239), privilegiando “uma ocupação e valorização nacional da África, deduzida da capacidade que as raças mediterrâneas tinham de adaptar-se aos climas tropicais” (p. 248). Paiva Couceiro, governador-geral de Angola de 1907 a 1909, convictamente monárquico, e Norton de Matos, uma das maiores figuras políticas da República, por duas vezes colocado no governo de Angola, em 1912-1915 e 1921-1924, ambos militares, procuraram os mesmos objectivos: a unidade de Angola, tornando-a uma grande província portuguesa; implantar uma colonização essencialmente portuguesa, com famílias brancas completas. Para Norton de Matos, a experiência de séculos mostrara que “os cruzamentos das raças branca e preta não podiam dar bons resultados e que, pelo menos, durante o largo período em que o povo português tem de levar a cabo na África a alta missão que lhe marca a sua finalidade histórica, esses cruzamentos têm de ser rigorosa e severamente contrariados, para que as qualida-

des indispensáveis àquela realização se não percam ou se não obliterem” (cit. p. 267). Defendendo o respeito e não o desprezo pela raça menos civilizada, admite que teriam de viver “naquela grande região duas raças, a princípio, o mais possível distantes uma da outra”, distância que poderia diminuir à medida que a civilização da raça preta a fosse aproximando da branca. Da última personalidade, “um político: Marcello Caetano”, recordando-lhe as viagens ao Ultramar, o cargo de Ministro das Colónias e outros a propósito de uma conferência de 1960 em que é evocada a África tradicional, critica-lhe a “atitude tanto mais de estranhar de quem tão larga responsabilidade teve em formar uma corrente de opinião relativa ao Ultramar” (p. 272), sem contudo confrontar as ideias expressas nessa conferência com outras que enformam trabalhos mais importantes do mesmo autor.

O capítulo VI, *Angola e Brasil: analogias superficiais e evolução divergente* (pp. 277-315), retoma a forma dos anteriores, de comparações sobre os processos da colonização: esperanças de Angola; colonização agrária do Brasil; pombeiros e bandeirantes; a opulência das minas; fundação do Império do Brasil; comparação com a América espanhola; surto do café e imigração; borracha, cacau e pioneirismo; Brasil e África — encontro e permuta de civilizações; no litoral oeste africano e no Recôncavo da Baía; gerações de cidades; recursos iniciais de Angola; uma grande nação portuguesa na América — são os subtítulos, variados e por vezes de conteúdos dispersivos, faltando-lhes a necessária objectividade. O último, “Angola não será um novo Brasil” inicia-se com a frase “mesmo assim, a ideia de um novo Brasil acudiu a espíritos esclarecidos e empreendedores” (p. 310), inclui a seguir uma comparação em que se afirma: “Uma nação é sempre, embora não apenas, um produto da história: quando o Brasil celebrou um século de independência, tinha atrás de si mais de três de um passado colonial — é o mesmo sucedia às nações americanas, dentro de uma escala mais ou menos apertada, mas da mesma ordem de grandeza. Angola, futuro Brasil, teria, como nação viável, três séculos a menos que a África do Sul, onde o clima subtropical e mediterrâneo atraiu numerosa população branca” (p. 311). Termina com uma frase de P. GOUROU, considerada como “chave de ouro” para fechar “a comparação desenvolvida nas páginas anteriores” (p. 314), e em que se reforçam as ideias de outra evolução “se Angola tivesse uma classe cada vez mais numerosa de mestiços lusitanizados conservando parentes africanos”, contrariada porque “a presença de demasiados portugueses em empregos humildes impede os africanos de se lusitanizarem” (p. 314), quando efectivamente os problemas são muito mais complicados.

No capítulo VII, o “Desenvolvimento tardio de Angola” (pp. 317-364) é abordado por algumas notas sobre a economia escravagista mantida até finais do século passado, conservando-se Angola como fornecedora de escravos para o Brasil, com uma administração rudimentar e de efeitos negativos. A independência do Brasil e a abolição da escravatura puseram em evidência a péssima situação angolana. O povoamento branco do Sudoeste, tardio e insuficiente, visto durante muito tempo como a concretização de esquemas de colonização idealistas, afinal viria a revelar-se tão frágil como outros processos, pois “mesmo onde ascendia a algumas gerações, não tinha dimensão para se manter” (pág. 350). O surto de

café, sobretudo nos anos 50, promotor tanto da prosperidade de Angola como de sociedades ou ricos de Lisboa, teve a par graves problemas sociais e humanos que muito afectaram as populações negras, umas despojadas das suas terras, outras transferidas coercivamente sob contratos para as plantações de café. Aquele surto reflectiu-se ainda no crescimento das cidades, sobretudo de Luanda cuja população quadruplicou entre 1940 e 1960 (224 000 habitantes); novos serviços públicos, a abertura de facilidades para a instalação de indústrias, a renovação do comércio e o aparecimento de outras actividades desencadearam o processo de crescimento urbano caracterizado sobretudo pelo afluxo desmedido de população do mundo rural e do exterior da Província. Das riquezas de Angola necessariamente que teria de haver uma referência especial às mineiras. Com o subtítulo “Uma colónia cerrada à imigração estrangeira” se encerra o capítulo. “Outro erro, que a comparação com a independência brasileira podia ter corrigido, foi procurar atrair apenas a emigração portuguesa, que continuava a fazer-se preferentemente para o Brasil e vários países da Europa, da América, da própria África...” (p. 363). “Nenhuma colónia africana se cerrou tão completamente ao contributo estrangeiro que, como tantos outros erros, se pagou com a intromissão política e a competição económica — triste preço da chamada independência” (p. 364).

O oitavo e último capítulo, “O preço da independência” (pp. 365-402), abre com “guerra e paz nas colónias”, não tendo sido as guerras coloniais de pacificação triste apanágio só de Portugal, mas também dos diferentes países que partilharam a África; as atitudes assumidas pelo colonizadores durante as duas Grandes Guerras; as independências, no seguimento da 2.^a Guerra Mundial, de soberania, “coarctada por influências políticas e interesses económicos desencontrados” (p. 367). “A guerra colonial faz-se à custa do pavor e de mortes que causa no inimigo”, de crueldades inúteis, exemplificadas abundantemente. Por essa guerra se produziram não só numerosíssimas vítimas, mas ainda modificações importantes do modo de viver das populações, desenraizadas dos seus locais tradicionais para serem agrupadas em aldeamentos da beira da estrada, de mais fácil controlo. “Pior que a acção romana, que mudou o *habitat* transformando profundamente a economia, aqui não se cuidou desta para colocar ao alcance das metralhadoras a população potencialmente inimiga” (p. 377). O trágico epílogo da colonização está bem presente na memória de todos, não só porque demasiado recente, mas sobretudo pela migração maciça e rápida de cerca de meio milhão de “retornados” saídos de Angola desde os primeiros momentos da situação política criada pelo movimento de 25 de Abril de 1974 em Portugal.

“Angola e Congo: Portugal e Bélgica” impunha-se sem dúvida, pela proximidade dos acontecimentos, como motivo de “comparação entre a estabilidade da Bélgica (a despeito de agudas confrontações políticas e de um país dividido entre duas nacionalidades linguísticas), a sua prosperidade, que sobreviveu à perda da mais rica colónia da África tropical, e o colapso económico e político de Portugal, já na miséria e à beira da anarquia” (p. 386). Angola, no contexto da África meridional, é comparada com outros territórios, sobretudo os confinantes. “Os territórios portugueses constituíam uma espécie de baluarte da poderosa África do Sul...” (p. 391); as independências modificariam essa situação. De DOUGLAS L. WHEELER, em RENÉ PÉLISSIER e D.L. WHEELER, *Angola*, Londres, 1971, extrai

o autor alguns parágrafos do último capítulo do livro, *Angola Infelix*, como exemplo da forma arguta de encarar "a evolução do problema angolano sem de modo nenhum enfileirar entre os que denegriam toda a acção portuguesa, não vendo nela mais do que cinco séculos de escravatura e repressão" (p. 392): "A história de Angola está repleta de erros cometidos pelos seus dominadores; contudo, os problemas que Portugal enfrentou em Angola foram em certa medida mais difíceis do que aqueles com que os poderes coloniais se confrontaram noutros lugares" ... "A independência de Angola é inevitável. Muito menos certa é a forma que tomará" ... "Está em jogo a maneira como os angolanos se tornarão senhores da própria casa — o seu destino longamente sonhado" — são algumas frases desse texto de 1974.

"Chora terra bem amada", título de um famoso livro do escritor sul-africano ALAN PATON, em que "estuda as ferozes tensões raciais do seu país, a marginalização ou a perseguição dos pretos e o esbulho da "terra bem amada", que pertencera aos seus antepassados" (p. 395), serve de base para a breve referência de alguns exemplos da África tradicional e do que ela perdeu nos contactos com a civilização colonizadora, antecedendo deste modo o último subtítulo do capítulo e do livro: "A rasoira da atraente variedade africana" por valores convencionais indiscriminadamente importados e impostos (p. 401) do mundo moderno. O livro é encerrado com uma frase do primeiro volume de *Kosmos* de ALEXANDER VON HUMBOLDT, considerado "um dos mais altos expoentes da cultura da nobre Europa romântica (era) capaz, há cento e trinta anos, de ter pensado e escrito estas linhas" (p. 402) em defesa da liberdade para que todos são igualmente feitos, "que num estado de sociedade pouco adiantada pertence apenas ao indivíduo mas que, entre as nações chamadas ao benefício de verdadeiras instituições políticas, é direito de toda a comunidade".

Sem outros comentários também terminaremos aqui a longa notícia sobre o mais recente livro de ORLANDO RIBEIRO, nome ilustre da ciência portuguesa, jubilado em Fevereiro de 1981.

ILÍDIO DO AMARAL